Inscripcão dos terrenos Nacionaes da Fazenda da Lagôa de Freitas, arrendados desde 1732, tempo do seu primeiro possuidor até 13 de Junho de 1808, em que passou para os Proprios Nacionaes; e d'essa epoca em diante até 3 de Janeiro de 1832, em que foi extincta a Fabrica da Polvora, a cujo cargo estava a sua inspecção

ARQUIVO DA FAZENDA ARQUIVO GERAL

N. 48

L

O Snr. Administrador da Mesa de Consciencia
faça na intelligencia em Solução da sua
representação de 10 de Julho ultimo, de que
houve ma mar proceder ao arbitramento
do preço e aforamento dos terrenos da Ca-
nal da Lagoa de Freitas, como propõe, se-
gundo as condições com que tem sido conce-
didos e transferidos; e bem assim os que
ainda não forão arbitrados. Quanto
aos terrenos devolutos com destino dos re-
servados p.a conservação das mattas en-
tenderão de com o Inspector Geral das
Obras Publicas ~~x~~ o fará marcar no
planta respectiva p.a ser deliberado o que
for conveniente = Rio em 2 de Setembro
de 1846 = Antonio Paulo de Barros Mendes
de Carvalho d'Albuquerque =

Decreto de 13 de Junho de 1808.

Sendo-me presente a grave e urgente necessidade que ha de erigir, sem perda de tempo, uma fabrica de polvora, onde se manufacture este tão necessario genero para a defeza dos meus Estados, e igualmente, para o mesmo fim outra fabrica para a fundição, fornecimento e perfuração das peças de artelheria, o que tudo exige não só um local espaçoso, mas ainda abundancia de aguas, para o movimento das differentes maquinas, por cujo meio se hão de executar todas as necessarias operações; e constando-me outro sim que o engenho e terras denominadas da - Lagôa de Freitas - seja o logar mais proprio para estes grandes estabelecimentos: Sou servido Ordenar que, pelo Conselho da Fazenda, se proceda logo á incorporar nos proprios da minha Real Corôa, e a mandar reconhecer d'elles, o sobredito engenho e terras da Lagôa de Freitas, procedendo-se primeiro a competente avaliação, cujo valor, com o augmento estabelecido pelas minhas leis que mando sempre dar áquelles cujos bens se tomão para o serviço público, será pago pelo meu Erario Regio, logo que seu dono, ou quem por elle de direito legitimamente authorizado, assim o requerer e mostrar que nada obsta a que se lhe faça a mesma entrega: Ordeno outro sim, não havendo embaraço legal, que, até a epoca em que possa ser embolsado, se lhe pague sempre o mesmo que actualmente percebe do arrendamento que tem feito, e que assim se continuará, se a sobredita Fazenda for ainda até que possa mostrar a compra de outra de mesmo valor que possa sobrogar-se á esta que ora mando tomar para o meu Real Serviço e público; dando todas estas providencias, afim de que o legitimo proprietario ou administrador, não soffra damno em seu haver, e dispensando para o referido effeito as Reaes Ordens em todas e quaesquer leis que possão haver em contrario, como de todas e cada uma dellas aqui fosse referida menção. O Presidente do meu Real Erario e do Conselho da Fazenda

assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Junho de 1808. — Com a Rubrica do Principe Regente Nosso Senhor — Com-pra-se e registe-se. Rio de Janeiro 28 de Junho de 1808. — Com a Rubrica do Exmo. Presidente do Real Erario.—

O Administrador da Recebedoria do Municipio fique na intelligencia de que deverá cobrar-se dos concessionarios constante da relação que acompanhou o seu officio de 26 do mez findo, admittidas em terras da Fazenda da Lagôa de Rodrigo de Freitas pelos antigos Inspectores da extincta Fabrica da Polvora, as grandias averbadas, na mesma relação, pelo uso das referidas terrenas; sem que pelo recebimento das pensões ou arrendamentos annuaes, se suspendão com-tudo ou melhor direito a foreiro nellas conferidas. Rio em 11 de Setembro de 1838. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

O Snr. Administrador da Recebedoria do Municipio, em solução ao que representou em 9 do corrente, fique na intelligencia de que deve exigir o pagamento dos arrendamentos comprehendidos na demarcação para o estabelecimento da Escola normal annexa ao Jardim Botanico vencidos e que se forem vencendo, até quando effectivamente forem despejados pelos arrendatarios, subsistindo a intimação feita para o despejo. Rio em 18 de Setembro de 1844 = Manoel Alves Branco = Cumpra-se. Rio 18 de Setembro de 1844 = Fonseca =

D — 33
L — 155
L 120
L 40

Rua do Jardim.

Terreno N.º 29.

Achava-se usurpado por Roberto da S.ª dos Santos Pereira, por ter comprehendido a casa denominada — Salitre —, com o respectivo terreno, no arrendamento do terreno N.º 28.

Forão a dita casa e o competente terreno, que serve de logradouro na frente e fundo do dito edificio, arrendadas em praça, por 9 annos, em virtude da Portaria do Thesouro de 16 de Agosto de 1844, ao Comm.dor Domingos Alves da Silva Porto, com as condições de reparar e fazer os concertos necessarios para a sua conservação.

Está comprehendido na demarcação á que se procedeo, pelo Fiscal do Ministerio do Imperio de 18 de Abril de 1843.

As condições d'este arrendamento se achão registadas no competente livro, e de lebrado o arrendamento, no livro de D. dos Proprios Nacionaes, pela quantia annual de 100$000 rs. ..... 100$000

MINISTERIO DA FAZENDA ARCHIVO GERAL

Por despacho do Exm.º Presidente do Tribunal do Thesouro de 20 de Março de 1851, se permittio ao Commendador Domingos Alves da Silva Porto, trespassar a D. Leonidia Joaquina d'Este verde, o resto do arrendamento deste edificio que se lhe findar em 30 de Junho de 1853, com as mesmas condições que lhe forão impostas, á excepção da 2.ª, 4.ª, e 5.ª

+

Roberto, por isso que não era possivel ficar aquelle gr^de
Edificio sem as largezas necessarias p^a a ventilação
de todos os quatro lados.

Quanto ao 4º, que não ficou comprehendido na d^a
posse o terreno em q^e passa a valla que fica na frente do
dito Edificio

Quanto ao 5º tenho a dizer que o fundo do segundo
terreno de setenta braças não passa a levada

Rio de Janr^o 4 de Novembro de 1844

Ill^mo Snr Thomé Maria da Fonseca Silva, Adm^or da Recebedoria
rua do Thesouro da Corte = Antonio Herculano Pereira Ta-
borda